

Precarização do trabalho,
vulnerabilidade e desfiliação
social em Foz do Iguaçu: uma
análise do período entre 1970
a 2010

Work precariousness,
vulnerability and social
desfiliation in Foz do Iguaçu:
an analysis from 1970 to
2010

Denise Rissato¹



Resumo: Com este trabalho, busca-se discutir as principais transformações socioeconômicas, políticas e demográficas decorrentes do processo de desenvolvimento e formação social e econômica do município de Foz do Iguaçu, a fim de compreender como se constituiu o quadro social marcado pela pobreza, pela vulnerabilidade de massa e pela desfiliação social no qual vivem importantes segmentos da sua população trabalhadora. Observa-se que tanto a política econômica internacional, que diante da crise vivenciada pelo capitalismo nos anos 1960 e 1970, buscava novos eixos de realização do capital, quanto o modelo de desenvolvimento capitalista subordinado e dependente adotado pelos governos da América Latina condicionaram o processo de desenvolvimento de Foz do Iguaçu e da região. Do mesmo modo, constata-se que as particularidades e as singularidades que caracterizam Foz do Iguaçu e o território da Tríplice Fronteira foram decisivas nesse processo, contribuindo não apenas para que ocorresse o enfraquecimento do modo de organização e de efetivação das relações de produção baseadas nos estatutos da sociedade salarial, mas também para que o mesmo se concretizasse em Foz do Iguaçu e região, muito antes do que em outras regiões brasileiras, produzindo empobrecimento, insegurança e destituição social para aqueles que vivem do trabalho. **Palavras-chave:** formação econômica; território de fronteira; questão social; precarização do trabalho; vulnerabilidade de massa

Abstract: This paper aims at discussing the main socioeconomical, political and demographic transformations that come with the process of social and economical development of Foz do Iguaçu city, in order to understand how it was constituted the social environment marked by poverty, mass vulnerability and social desfiliation in which live important segments of the working population. It is observed that both the international economic policy, which



in face of the crisis of capitalism in the years 1960 and 1970 looked for new ways of capitalization, and the model of subordinated and dependent capitalist development adopted by the governments of Latin America conditioned the process of development of Foz do Iguaçu and region. In the same way, it is observed that the particularities and singularities that characterize Foz do Iguaçu and the region of the triple border were decisive in this process, contributing not only for the weakening of organization ways and the effectuation of production relations based on statutes of the salary society, but also for the same to establish itself in Foz do Iguaçu and region, long before other Brazilian regions, producing poverty, insecurity and social destitution for those who depend on work. **Keywords:** Economic formation; border territory; social issue; work precarization; mass vulnerability.

Denise Rissato
Precarização do trabalho, vulnerabilidade e
desfiliação social em Foz do Iguaçu: uma análise
do período entre 1970 a 2010



Introdução

Neste artigo busca-se discutir as transformações socioeconômicas, políticas e demográficas desencadeadas pelo rápido processo de urbanização e modernização iniciado a partir dos anos 1970, em Foz do Iguaçu, a fim de compreender o modo como se constituiu historicamente o quadro social marcado pela pobreza, pela vulnerabilidade de massa e pela desfiliação que ainda caracteriza a vida social de grandes parcelas da população trabalhadora.

O município de Foz do Iguaçu, localizado na Região Extremo Oeste do Estado Paraná e na Tríplice Fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai, fazendo divisa com Ciudad del Leste (PY) e Puerto Iguaçu (AR), formou-se a partir de um lento processo de ocupação, que se iniciou ainda no período colonial brasileiro, quando muitas famílias buscavam um novo lugar para viver depois de terem sido expulsas de suas terras, durante o violento processo de lutas pela regularização da posse das mesmas no interior do Paraná (CATTA, 2009).

Assim, até os anos 1960, a população de Foz do Iguaçu matinha um estilo de vida tranquilo, dedicando-se às atividades extrativistas e agropecuárias, desenvolvidas não apenas no município, mas em toda a região de fronteira. Em decorrência disso, tornou-se comum a circulação de trabalhadores brasileiros, paraguaios e argentinos, de um lado a outro da fronteira. Até aquele período, Foz do Iguaçu era uma cidade esquecida pelas autoridades políticas estaduais e nacionais (CATTA, 2009).

Essa realidade começou a mudar somente a partir da segunda metade da década de 1960, quando o governo militar brasileiro, que pretendia impor-se hegemonicamente na América do Sul, decidiu exercer o controle absoluto sobre as áreas de fronteira nacional.

Com esse intuito e considerando a posição geográfica e estratégica de Foz do Iguaçu, o governo brasileiro construiu e inaugurou a Ponte Internacional da Amizade (1965), transformando o município em Área de Segurança Nacional em 1968². A partir de então, teve início um rápido e profundo processo de transformações com a implementação de uma série de projetos de modernização do território fronteiriço, dentre os quais se destacou o projeto da Usina Binacional de Itaipu, realizado em parceria pelos governos militares do Brasil e do Paraguai, mas que por critérios técnicos e políticos, foi construída no município de Foz do Iguaçu, na divisa com Hernandarias, no Paraguai (CATTA, 2009; CONTE, 2012).

Parte-se do entendimento de que esse processo de modernização, inserido no



contexto de expansão do capitalismo neoliberal teve um papel preponderante na constituição social e econômica do município de Foz do Iguaçu e da região da Tríplice Fronteira e que, portanto, é fundamental compreender suas incidências e seus desdobramentos sobre a vida socioeconômica e sobre a configuração das questões sociais que passaram a caracterizar o referido território desde então.

Além disso, acredita-se que a instabilidade social e a pobreza extrema que, historicamente, afetam grandes contingentes populacionais de Foz do Iguaçu estão diretamente implicados com a precarização das relações de trabalho, a informalidade e o desemprego, decorrentes de um processo de modernização que, independentemente do que possa representar em termos de progresso econômico, não levou em consideração seus efeitos sobre a vida social, sobretudo, da classe trabalhadora.

Diante disso, optou-se por utilizar como literatura de referência as contribuições de Robert Castel (1997, 2010), tendo em vista que o referido autor assume que a vulnerabilidade social, de modo geral, decorre da insegurança social criada pela inserção precária dos sujeitos no mundo do trabalho e pela falta de acesso a direitos e proteções sociais que assegurem recursos e assistência àqueles que, diante das mais diversas contingências sociais (desemprego; enfermidades e perda de provedores familiares), ficam em risco de não conseguir, por seus próprios meios, o provimento de suas necessidades básicas.

Trata-se, portanto, de um trabalho histórico descritivo, elaborado a partir de uma pesquisa bibliográfica e documental, no qual são apresentados e discutidos resultados parciais da pesquisa de doutorado da autora.

Além disso, parece oportuno ressaltar que a dinâmica social e econômica que se estabeleceu historicamente, entre os municípios de Puerto Iguazu (Argentina), Ciudad del Este (Paraguai) e Foz do Iguaçu (Brasil) praticamente impede que se compreenda a realidade social de qualquer um desses municípios isoladamente. No caso específico deste trabalho, constata-se que a história, a formação e a atual constituição socioeconômica dos municípios da Tríplice Fronteira estão profundamente relacionadas entre si, de modo que se torna absolutamente impossível falar de Foz do Iguaçu sem fazer referências ao contexto fronteiriço e aos demais municípios que o compõem, mas principalmente, a Ciudad del Este.

Por fim, cabe acrescentar que, neste trabalho, além dessa introdução e das considerações finais, serão desenvolvidas mais três subseções. Na primeira delas, serão apresentadas, sinteticamente, algumas categorias de análise



desenvolvidas por Robert Castel, consideradas essenciais para a compreensão da questão social em Foz do Iguaçu. Na segunda subseção serão discutidas as mudanças na dinâmica populacional e sua distribuição no território, entre o período de 1970 e 2010. Na terceira seção serão analisadas as transformações ocorridas no mercado de trabalho em Foz do Iguaçu e suas incidências sobre a configuração da questão social no município e no território de fronteira, entre os anos de 1970 e 2010.

Os conceitos de vulnerabilidade e risco social segundo Robert Castel

Para Robert Castel (1997, 2010), o lugar ocupado pelos indivíduos na vida social pode ser definido a partir de suas relações de proximidade, entendidas como relações familiares, de vizinhança e comunitárias, e por sua inserção laboral.

Com relação às relações de proximidade ou de solidariedades próximas, o autor ressalta que o processo de modernização das forças produtivas capitalistas atingiu o núcleo familiar em seu âmago, na medida em que, para ampliar os seus mecanismos de exploração e de acumulação, o capital passou a acionar, cada vez mais, a força de trabalho de mulheres e de crianças, impondo mudanças nos padrões tradicionais de organização e de poder nas famílias, bem como nas funções sociais que até então, de modo geral, lhe eram próprias, desmantelando gradativamente as chamadas “redes de proteção próximas” que se caracterizavam por um sistema de relações e de interdependências que ligavam diretamente os membros de um grupo, por vínculos de parentesco, de vizinhança e de tradição, sem que fosse necessária qualquer mediação institucional (CASTEL, 2010).

No que diz respeito às relações sociais de trabalho, Castel destaca que a partir dos anos 1970, tanto as novas formas de precarização das relações sociais de trabalho engendradas pelo capital quanto o confisco dos direitos e das proteções sociais conquistados pelos trabalhadores em outros momentos históricos, passaram a produzir uma insegurança social coletiva, por ele denominada como “vulnerabilidade de massa”, vivenciada pelo conjunto dos trabalhadores, inclusive por aqueles que possuem uma suposta estabilidade em suas relações de trabalho (CASTEL, 2010, p. 30).

Desse modo, assumindo que, com o desenvolvimento da sociedade moderna, ocorreu um progressivo esfacelamento tanto das proteções sociais vinculadas as relações de trabalho quanto das relações de proximidades, Castel (1997)



entende que, na sociedade neoliberal, as condições de inserção no mundo do trabalho podem ser caracterizadas, basicamente, como: (i) trabalho estável, (ii) trabalho precário e (iii) não-trabalho. Seguindo o mesmo raciocínio, acredita que as relações de proximidades na sociedade contemporânea podem ser definidas como: (i) inserção relacional forte, (ii) fragilidade relacional e (iii) isolamento social. Combinando essas classificações duas a duas, chegou a três condições sociais, denominadas como: (a) a zona de integração (trabalho estável e forte inserção relacional, que sempre estão juntos), (b) zona de vulnerabilidade (trabalho precário e fragilidade dos apoios relacionais) e (c) zona de marginalidade/desfiliação, (marcada por um amplo e duplo processo de desligamento: ausência de trabalho e isolamento relacional).

Vale acrescentar que o autor adverte que apesar desse modelo esquematizado sugerir condições sociais estanques, deve ser interpretado de forma dinâmica, uma vez que na vida real, os indivíduos podem transitar de uma zona para outra, passando da zona de integração para a zona de vulnerabilidade ou desta última para a zona de desfiliação, ou ainda, se encontrar em uma situação alternativa de precariedade laboral compensada pelas relações de proximidade fortes ou vice-versa (CASTEL, 1997, 2010).

De qualquer modo, percebe-se que, para o autor, a vulnerabilidade social é uma condição intermediária e instável, evidenciada em situações nas quais os indivíduos conjugam relações de solidariedades próximas frágeis com uma vida econômica e laboral precária. Em consequência disso, a desfiliação social deve ser entendida como resultado de um processo que se inicia muito antes que seus efeitos se manifestem na forma de exclusão e de dessocialização (CASTEL, 1997, 2010).

Para o autor, na sociedade contemporânea, o estilo de vida que se impôs à sociedade moderna aliado à contínua e intensa difusão de valores individualistas tendem a fragilizar cada vez mais as relações de solidariedades próximas. Isso somado à redução e à focalização das proteções sociais providas pelo Estado que, por sua vez, tem produzido um quadro de crescente insegurança social, no qual mesmo aqueles que se encontram aparentemente incluídos no mercado de trabalho e no mercado de consumo, vivem sobre uma linha tênue que separa os indivíduos socialmente seguros e inseguros, uma vez que todos estão sujeitos a riscos, tais como enfermidades, desemprego e/ou morte do provedor da família, que podem impedi-los, ainda que temporariamente, de manter suas condições materiais de subsistência (CASTEL, 2010).

Essa experiência de desfiliação social se revela em números, cada vez



maiores, de trabalhadores precarizados, desempregados e inempregáveis que, eventualmente ou em situações emergenciais, recebem alguma assistência do Estado que, apesar de ser indiscutivelmente necessária, na maioria das vezes, se encarrega apenas de promover uma “inclusão forçada” desses sujeitos nas relações de mercado sem garantir-lhes, necessariamente, o acesso e a participação plena nas demais esferas da atividade e da vida social (FONTES, 2005, p. 20).

O reconhecimento dessa complexa realidade social marcada pela insegurança e pela incerteza que atinge parcelas cada vez maiores da população trabalhadora, segundo Castel (2010), se constitui em condição essencial para compreender e explicar os riscos de fratura social na sociedade contemporânea.

Expansão demográfica: êxodo rural forçado, migração e urbanização não planejada

Nas décadas de 1960 e 1970, segundo Rissato (2015), o território da Tríplice Fronteira tornou-se uma área estratégica, tanto para os governos brasileiros que pretendiam impor-se, hegemonicamente, na América Latina, quanto para o capital nacional e transnacional que, diante de mais uma crise sistêmica e estrutural, buscava expandir suas fronteiras econômicas através de investimentos diretos ou, no caso específico do capital internacional, por meio da concessão de empréstimos e de financiamentos às economias capitalistas dependentes, normalmente, condicionados à adesão desses países ao projeto neoliberal já em curso.

Foi naquele contexto que os governos militares brasileiros investiram em uma ampla e sistemática divulgação de seus projetos de modernização da economia para obter o apoio e o consenso de grandes parcelas da população brasileira em torno do seu projeto societário, instaurado e operado pela via antidemocrática, diretamente implicado com as novas estratégias de expansão do capital e subordinado aos interesses econômicos das elites nacionais e internacionais.

Assim, quando foi anunciada a construção da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu, no início dos anos 1970, propagou-se a ideia de que Foz do Iguaçu seria um “eldorado”. Essa publicidade em torno da região da Tríplice Fronteira e do projeto daquela que seria a maior usina hidrelétrica de mundo, a despeito de suas múltiplas intencionalidades, também serviu ao propósito de atrair a mão de obra necessária para a sua construção. Com isso, rapidamente começaram a



chegar, em Foz de Iguaçu, milhares de trabalhadores, vindos de diversas regiões do Brasil e do Paraguai, em busca de uma oportunidade de trabalho (CATTA, 2009; CONTE, 2012).

Paralelamente a esse processo migratório, Foz do Iguaçu também vivenciou, a partir dos anos 1970, uma redução drástica da sua população rural (Tabela 1), em decorrência de um processo de êxodo rural forçado, que também ocorreu em diversos outros municípios lindeiros ao rio Paraná, uma vez que as propriedades rurais situadas às margens do referido rio foram alagadas, obrigando milhares de agricultores a buscar novos lugares para viver. De acordo com Sotuyo (1998), um total de 8.519 propriedades rurais, em diversos municípios situados às margens do rio Paraná, foram alagadas com a construção da usina de Itaipu.

Tabela 1 - População total, população urbana e população rural de Foz do Iguaçu nos anos 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991

Ano	População Total	População Urbana	População Rural
1950	16.420	3.400	13.020
1960	28.080	3.830	24.250
1970	33.966	20.150	13.820
1980	136.320	101.330	34.900
1991	190.175	186.422	3.753
2000	258.543	256.524	2.019
2010	256.088	253.962	2.126

Fonte: IPARDES (1984, 2020).

A despeito da luta dos agricultores, organizados no “Movimento Justiça e Terra”³, por preços justos para as suas propriedades, a grande parte deles teve dificuldades para adquirir uma nova propriedade rural⁴, uma vez que os preços pagos pelo governo foram fixados muito abaixo dos preços de mercado. Desse modo, alguns optaram por novas frentes de colonização em outros estados e regiões brasileiras, e outros compraram de terras no Paraguai, apreços mais acessíveis. Aqueles agricultores que decidiram permanecer na região compraram propriedades menores ou foram viver nas cidades da região, sobretudo, em Foz do Iguaçu, com a expectativa de conseguir um bom emprego, realidade que, para a grande maioria deles, nunca se concretizou (CATTA, 2009).

Em decorrência disso, a população de Foz do Iguaçu cresceu aproximadamente 401% entre os anos 1970 e 1980, passando de 33.966 habitantes para 136.320

Denise Rissato
Precarização do trabalho, vulnerabilidade e
desfiliação social em Foz do Iguaçu: uma análise
do período entre 1970 a 2010



habitantes, respectivamente. Além disso, observa-se que a população urbana de Foz do Iguaçu, que era de 20.150 habitantes em 1970, chegou a 101.330 habitantes em 1980 (TABELA 1).

Cabe salientar, entretanto, que esse crescimento repentino e intenso da população de Foz do Iguaçu, não foi acompanhado por igual expansão da oferta de infraestrutura e de serviços públicos básicos (CATTA, 2009) e, diante da nova realidade que se constituía no município, cada vez mais se faziam sentir os problemas relacionados à falta de moradia, de serviços de saúde, de saneamento básico e de uma estrutura educacional que proporcionasse a oportunidade de qualificação aos moradores.

Essa situação levou a Itaipu a fazer investimentos em moradia, educação e saúde para seus trabalhadores. Nesse sentido, Conte (2012), destaca que, no final dos anos 1970, a empresa havia construído mais de 5.000 casas, em três conjuntos residenciais⁵ que, no ano de 1980, eram ocupadas, por aproximadamente, 35.000 pessoas. Aliado a isso, no mesmo período foram construídos um hospital e uma escola para atender, exclusivamente, aos seus trabalhadores da Usina.

Cabe observar que, a despeito de terem sido essenciais, os referidos investimentos resolveram apenas parcialmente os problemas relacionados ao déficit de oferta de serviços públicos existentes no município, uma vez que, conforme aponta Rissato (2015), tal infraestrutura destinava-se apenas aos trabalhadores empregados na construção da usina e seus respectivos familiares. Assim, à medida que a obra foi sendo finalizada, a maioria desses trabalhadores foram demitidos, deixando de ter acesso a tais serviços.

Esses trabalhadores e suas famílias, destituídos de trabalho decente, de direitos e de proteções sociais, em muitos casos, passaram a sobreviver do trabalho informal e precarizado na fronteira e a fazer parte de um crescente segmento populacional que sobreviveu, durante as últimas quatro décadas, movendo-se sem destino entre a extrema vulnerabilidade e a completa desfiliação social.

A questão social em Foz do Iguaçu: desemprego, informalidade e desfiliação

Acredita-se que a vulnerabilidade e a desfiliação social vivenciadas por grandes parcelas da população na sociedade contemporânea estão diretamente implicadas com o intenso processo de precarização das relações de trabalho



que tem caracterizado o mundo do trabalho na sociedade moderna desde suas origens e se intensificado sob a hegemonia neoliberal.

Em Foz do Iguaçu não é diferente. O rápido processo de urbanização e de modernização da economia ocorrido no município, desde meados de 1970, produziu significativas transformações no âmbito da vida coletiva, antecipando um quadro social marcado pelo desenvolvimento de mercados informais e paralelos e pela intensa precarização das relações sociais de trabalho, que somente viria a se constituir em outras regiões do país a partir dos anos 1990, com a consolidação do neoliberalismo.

Desse modo, entendendo a centralidade do trabalho enquanto categoria de análise da questão social em Foz do Iguaçu, será discutida a constituição e a transformação do mercado de trabalho no município, a partir dos anos 1970.

De acordo com Catta (2009), entre o final dos anos 1960 e início da década de 1970, 69% da população economicamente ativa do município estava trabalhando em sua própria casa ou propriedade rural, o que lhes permitia viver e manter sua família, enquanto aproximadamente, 11% estavam desempregados e procurando trabalho.

Todavia, essa realidade estava prestes a mudar. Ressalta-se que a assinatura do Tratado de Itaipu⁶, em 1973, foi seguida de uma ampla divulgação do projeto de construção da usina hidrelétrica de mesmo nome, nos meios de comunicação nacionais. Cabe destacar que a publicidade conferida ao referido projeto, a despeito de suas inúmeras intencionalidades políticas e ideológicas, também visava atrair para Foz do Iguaçu um elevado número de trabalhadores necessários à execução do projeto.

Com isso, milhares de trabalhadores acompanhados de suas famílias começaram a chegar em Foz do Iguaçu, antes mesmo do início das obras, com a expectativa de serem contratados para trabalhar na construção da Usina. Esse processo migratório de trabalhadores, conforme discutido anteriormente, teve importantes implicações sobre a dinâmica populacional e sobre as relações sociais de trabalho no município, uma vez que, segundo Sotuyo (1998), entre 25% e 30% dos trabalhadores que vieram a Foz do Iguaçu com a expectativa de trabalhar na construção de Itaipu, não foram contratados e permaneceram no município, sobrevivendo de outras atividades, na maioria das vezes, informais e eventuais.

Essa realidade, de certo modo, é refletida pelos dados mostrados na Tabela 2. Percebe-se que, em 1980, apenas 30,39% da população economicamente ativa de Foz do Iguaçu estava formalmente empregada. Naquele mesmo ano, 49,27%



da referida população encontrava-se desocupada sobrevivendo de expedientes eventuais enquanto outros 20,34% trabalhavam regularmente em atividades informais (RISSATO, 2015). Diante disso, pode-se dizer que, em 1980, em torno de 69,61% da população economicamente ativa de Foz do Iguaçu vivenciava, sob diferentes formas e intensidades, a experiência do trabalho precário e degradante.

Tabela 2 - População total, população economicamente ativa, ocupações informais e número de emprego, em Foz do Iguaçu, nos anos 1980, 1991, 2000 e 2010.

Ano	População Total	PEA (A)	População Desocupada (Desempregados) (B)		População Ocupada			
			Nº	Nº	Nº	B/A	Ocupações Informais (C)	
Nº	C/A	Nº					D/A	
1980	136.320 ¹	94.789 ²	46.706 ²	49,27	19.274 ²	20,34	28.809 ²	30,39
1991	190.175 ¹	78.301 ¹	8.153 ³	10,41	43.914 ³	56,09	26.234 ¹	33,50
2000	258.543 ¹	128.150 ¹	21.531 ³	16,80	74.290 ³	57,97	32.329 ¹	25,23
2010	256.088 ¹	133.547 ¹	9.904 ³	7,42	72.626 ³	54,38	51.017 ¹	38,20

Fonte: Rissato (2015).

Legenda: (1) Dados do IBGE (1980, 1991, 2000, 2010), (2) Dados do IPARDES (1984) e (3) Rissato (2015).

A despeito das estatísticas oficiais registrarem separadamente os trabalhadores ocupados em atividades precarizadas e os desempregados, cabe destacar que, em seu conjunto, eles representavam um exército de força de trabalho sobrando e excluído das atividades econômicas socialmente aceitas e oficialmente declaradas que, ao mesmo tempo, era funcional e necessária à realização de uma economia subterrânea, paralela e altamente lucrativa, que se desenvolveu na região da fronteira.

A obra da Usina de Itaipu foi concluída em meados dos anos 1980 e, com isso, foram dispensados grandes contingentes de trabalhadores. Analisando os dados IparDES (1984), observa-se que, enquanto em 1981, a obra de construção da Usina empregava quase 27.987 trabalhadores, a partir de 1982, esse número começou a cair de forma drástica e contínua, passando para pouco mais de 11.368 trabalhadores no ano de 1984. Esses dados mostram que, em apenas três anos, aproximadamente 17.000 trabalhadores perderam o emprego e que, portanto, mesmo para a grande maioria daqueles que foram contratados, o



almejado emprego teve uma breve duração.

No entanto, a esse conjunto de trabalhadores demitidos com a finalização das obras de Itaipu também se somavam aqueles que vieram ao município em busca de trabalho formal e nem chegaram a ser contratados. Para Catta (2002), essa população, em sua maioria, desempregada e sem recursos para sair da cidade em busca de uma nova oportunidade de trabalho ou para retornar aos seus lugares de origem, acabou permanecendo em Foz do Iguaçu e reinventando o modo produção da própria existência.

Cabe mencionar ainda que esse quadro de desemprego e de precarização das relações de trabalho no município de Foz do Iguaçu foi agravado pela profunda recessão enfrentada pela economia brasileira nos anos 1980, quando a combinação de um ínfimo crescimento econômico, de elevadas taxas de inflação, de uma política de austeridade fiscal e de instabilidades nas contas externas, produziu um aumento do desemprego e da concentração econômica em todo país.

A falta de oportunidades de trabalho em Foz do Iguaçu levou um número cada vez maior de indivíduos a trabalhar em empresas estabelecidas no Paraguai e/ou no comércio informal de mercadorias compradas no Paraguai e revendidas no Brasil, ficando vulgarmente conhecidos como 'sacoleiros', 'laranjas' ou 'mulas' (RISSATO, 2015).

Em decorrência disso, o município chegou ao início da década de 1990 com uma parcela ainda maior da sua população trabalhadora ocupada em atividades informais e precárias. De acordo com os dados apresentados na Tabela 2, observa-se que, em 1991, ocorreu uma redução do percentual da população economicamente ativa desempregada no município, que passou de 49,27% em 1980 para 10,41% em 1991. Contudo, é importante ressaltar que essa diminuição da população desempregada (sem atividade laboral regular) não decorreu de um aumento do emprego formal, mas sim de uma expansão de, aproximadamente, 128% das ocupações informais, que passaram de 19.274 em 1980 para 43.914 em 1991, conforme pode ser visualizado na Tabela 2.

Além disso, considerando que, em 1991, 10,41% da população economicamente ativa do município estava desempregada, vivendo de trabalhos intermitentes enquanto outros 56,09% da referida população encontrava-se regularmente ocupada em atividades informais (TABELA 2), é possível concluir que, naquele ano, aproximadamente 66,5% da população economicamente ativa de Foz do Iguaçu, de algum modo, trabalhava no mercado de trabalho informal e, portanto, encontrava-se destituída dos direitos e das proteções sociais vinculadas ao



trabalho.

No decorrer dos anos 1990, a implementação do receituário neoliberal, iniciada pelo governo do então presidente Fernando Collor de Mello e consolidada durante os oito anos de mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, implicou na adoção de uma série de medidas macroeconômicas recessivas tais como a restrição do crédito, a elevação da taxa de juros, a redução da taxa nominal de câmbio e uma política fiscal restritiva que, em seu conjunto, produziram uma forte retração da atividade econômica em todo país, o que resultou em um grande número de falências empresariais e em elevadas taxas de desemprego. Naquele contexto, as ocupações em atividades informais passaram a ser a única possibilidade de sobrevivência para muitos brasileiros. Tanto esse crescimento da informalidade em todo país quanto a adoção, pelo governo brasileiro, de uma taxa de câmbio fixa e valorizada em relação ao dólar, a partir de 1º de julho de 1994, afetaram diretamente as economias de Foz do Iguaçu e de Ciudad del Este, no Paraguai (BAER, 2002; RISSATO, 2015).

Acrescenta-se que a política cambial adotada, de um lado, desestimulou a demanda interna e externa pelo turismo receptivo de lazer em Foz do Iguaçu, mas por outro lado, favoreceu o comércio informal na fronteira, atraindo milhares de pessoas desempregadas, de diferentes regiões brasileiras, que passaram a revender no Brasil produtos adquiridos no país vizinho. Assim, enquanto Ciudad del Este dedicou-se ao comércio de produtos importados, Foz do Iguaçu, dada sua estrutura urbana e turística mais desenvolvida, ocupou-se da prestação de serviços tais como transporte, hospedagem, alimentação e armazenamento de mercadorias, transformando-se não apenas no principal portão de acesso para o Paraguai, mas também no portão de desembarque⁷ desses viajantes que chegavam de ônibus intermunicipal ou fretado e que se hospedavam nos hotéis da cidade (RISSATO, 2015).

Como resultado disso, entre os anos de 1991 e 2000, a população ocupada de Foz do Iguaçu passou de 70.148 para 106.619 trabalhadores. No entanto, o emprego formal cresceu apenas 23,23%, passando de 26.234 para 32.329 trabalhadores empregados, enquanto as ocupações informais cresceram em torno de 69%, passando de 43.914 para 74.290 novas ocupações, naquele mesmo período (TABELA 2).

Observa-se ainda que a população desempregada que sobrevivia de trabalhos eventuais, no ano de 2000, era quase três vezes maior do que aquela existente em 1991, tendo passado de 8.153 para 21.531 trabalhadores. Desse modo, somando o número de trabalhadores desempregados e informais, percebe-se que o



município de Foz do Iguaçu chegou ao ano de 2000 com aproximadamente 95.821 trabalhadores ocupados em um mercado de trabalho paralelo, sem qualquer garantia ou direito vinculado aos estatutos salariais brasileiros (TABELA, 2). Ademais, analisando os dados da Tabela 2, verifica-se que, no ano de 2000, aproximadamente 57,97% da população economicamente ativa do município, apesar da aparente estabilidade associada ao trabalho regular nas empresas paraguaias, encontrava-se em situação de extrema vulnerabilidade, enquanto 16,8% desta, em alguma medida, vivenciava a experiência da desfiliação social, nos termos definidos por Castel (1997).

Entre os anos 2000 e 2010, o desemprego diminuiu, passando de 21.531 para 9.904 trabalhadores desocupados. Em termos percentuais, isso equivale a dizer que, no referido período, o percentual da população economicamente ativa desempregada passou, respectivamente, de 16,8% para 7,42%. No mesmo período, também ocorreu uma diminuição da população regularmente ocupada em atividades informais que passou de 74.290 ocupações para 72.626 trabalhadores.

Ainda, no que diz respeito à ocupação da população economicamente ativa, destaca-se que, no período de 2000 a 2010, a exemplo do que aconteceu no âmbito da economia nacional (CHAHAD; POZZO, 2013), os empregos formais voltaram a aumentar em Foz do Iguaçu, passando de 32.329 para 51.017 postos de trabalho (IBGE 2000, 2010), o que representou um crescimento de, aproximadamente, 57,8% do emprego formal. Com isso, em 2010, 38,20% da população economicamente ativa do município passou a ocupar uma vaga no mercado formal de trabalho (TABELA 2).

Reiterando o entendimento de Rissato (2015), acredita-se que a política macroeconômica adotada no decorrer dos anos 2000, a despeito de seu viés neoliberal, ao executar uma política fiscal expansiva combinada com políticas de renda (política de valorização do salário mínimo e transferências de rendas às populações pobres), em alguma medida, favoreceu o crescimento da demanda agregada e da economia formal e, conseqüentemente, do emprego em todo país e em Foz do Iguaçu. Esse crescimento do emprego no município ocorreu, especialmente, nos setores de serviços e do comércio (IPARDES, 2020), em decorrência de uma expansão da demanda turística no período de 2001 a 2010, quando o número de turistas que visitaram Foz do Iguaçu aumentou, aproximadamente 310%, passando de 732.725 para 2.426.570 visitantes (FOZ DO IGUAÇU, 2013).

Parece oportuno enfatizar que apesar de ter ocorrido uma redução do



desemprego e das ocupações informais, em 2010, Foz do Iguaçu ainda tinha cerca de 54,38% da sua população economicamente ativa ocupada em trabalhos informais. Se for levado em conta que os desempregados (7,42%), de modo geral, também sobrevivem de atividades intermitentes, pode-se dizer que o município chegou ao final da primeira década dos anos 2000 com, aproximadamente, 61,8% da sua população trabalhadora excluída do mercado formal de trabalho (TABELA 2).

Para Rissato (2015), isso se explica, em grande medida, pelo baixo dinamismo da economia formal no município, onde a principal atividade econômica é o turismo, que além de requerer mão de obra relativamente qualificada, possui uma oferta de vagas de trabalho muito instável e irregular ao longo do ano, em decorrência da sazonalidade e da elevada sensibilidade da demanda turística em relação a diversos fatores, tais como inflação, taxa de crescimento da atividade econômica, taxa de emprego, renda familiar média, taxa de juros, taxa de câmbio, entre outros, que tendem a incidir sobre a renda disponível para consumo e sobre os preços no mercado turístico.

Acredita-se que todo o processo de formação econômica de Foz do Iguaçu e região, anteriormente descrito, favoreceu o seu desenvolvimento produtivo pouco diversificado e que, isso impõe sérios limites às possibilidades de ampliação da oferta de empregos no mercado de trabalho formal em Foz do Iguaçu.

Em outras palavras, o processo de desenvolvimento e modernização ocorrido em Foz do Iguaçu e região, orientado por um projeto societário que privilegiou os interesses econômicos do grande capital transnacional e das elites políticas nacionais em detrimento das classes populares, não apenas reproduziu o modelo de desenvolvimento capitalista desigual e dependente que, segundo Fernandes (2009), define e caracteriza o lugar ocupado pelas economias subdesenvolvidas da América Latina em relação às economias capitalistas hegemônicas, mas também o seu próprio padrão de mercantilização e marginalização da força de trabalho, uma vez que, nas economias dependentes, a exploração tende a ser mais intensa, a fim de assegurar tanto a acumulação de capital em si, quanto a apropriação do excedente repartido entre as elites nacionais e o grande capital externo.

Em consequência disso, percentuais significativos da população do município de Foz do Iguaçu passaram a viver em condições de extrema vulnerabilidade social que, dependendo da conjuntura macroeconômica nacional e internacional, podem assumir feições mais brandas ou mais severas, conforme os dados



mostrados na Tabela 3. Apesar da validade, das limitações e, até mesmo, das controvérsias existentes em torno da classificação da população pobre em subgrupos definidos a partir de linhas de indigência e pobreza, optou-se por apresentar tais indicadores neste texto.

Primeiro, porque quando somados os percentuais da população que compunha os três subgrupos em cada ano analisado, constata-se que, mesmo quando ocorre uma redução da pobreza relativa, uma expressiva parcela da população de Foz do Iguaçu continua vivenciando uma espécie de insegurança social coletiva, devido à sua precária inserção no mercado de trabalho. Em segundo lugar, porque esses indicadores mostram que, independentemente dessas classificações, a pobreza diminuiu em Foz do Iguaçu, nos períodos em que ocorreram expansões do emprego, sobretudo, no mercado formal de trabalho.

Tabela 3 - Percentual da população total vivendo em situação de pobreza, de extrema pobreza e de vulnerabilidade à pobreza, no município de Foz do Iguaçu, nos anos de 1991, 2000 e 2010

	1991	2000	2010
População Extremamente pobre	4,67%	4,20%	1,75%
População Pobre	18,93%	16,26%	7,37%
População vulnerável à pobreza	44,15%	37,49%	22,71%

Fonte: Baseado em PNUD (2013).

Ao analisar esse período da história econômica de Foz do Iguaçu, verifica-se que o capitalismo “desenraiza, exclui, para incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica” (MARTINS, 1997, p. 32). Isso posto, observa-se que, ao mesmo tempo em que a expansão capitalista ocorrida em Foz do Iguaçu, em decorrência da construção da Usina de Itaipu, promoveu uma espécie de “inclusão forçada” (FONTES, 2005, p. 20) de todos os seus segmentos sociais no sistema de trocas, ele também por meio da modernização e do uso novas técnicas recriou o desemprego, excluindo grandes parcelas da população dos ganhos sociais decorrentes desse desenvolvimento.

Para finalizar, parece oportuno acrescentar que o capital, a todo tempo retoma esse processo dual de exclusão-inclusão como forma de ampliar as possibilidades de exploração da força de trabalho e de assegurar a acumulação. A reforma trabalhista e a reforma previdenciária aprovadas no Brasil, em 2017



e 2019, respectivamente, são exemplos claros dessa dinâmica capitalista que, utilizando-se dos aparelhos do Estado burguês, viabiliza e legitima a exclusão de parcelas cada maiores da classe trabalhadora do sistema de proteções sociais vinculadas ao trabalho, para então submetê-la à condições e relações de trabalho mais precárias e degradantes. Apesar de que, ainda não existam dados censitários que retratem o mercado de trabalho em Foz do Iguaçu, na segunda década dos anos 2000, e que permitam tirar conclusões mais assertivas sobre os efeitos dessas reformas sobre as relações laborais nesses últimos anos, entende-se que as mesmas devem estar contribuindo para agravar ainda mais o quadro de desfiliação e de permanente insegurança e vulnerabilidade vivenciada por alguns grupos da classe trabalhadora no território estudado.

Considerações finais

Acredita-se que a vulnerabilidade e a desfiliação social, vivenciada por grandes parcelas da população na sociedade contemporânea, estão diretamente implicadas com o processo de precarização das relações de trabalho que tem caracterizado a sociedade moderna desde suas origens e se intensificado sob a hegemonia neoliberal. Em Foz do Iguaçu não é diferente.

Diante disso, mas ciente da impossibilidade de esgotar esse debate, procurou-se apresentar e discutir alguns dos principais fatores conjunturais e estruturais que foram determinantes no processo de formação econômica e de desenvolvimento do município de Foz do Iguaçu e que tiveram sérias repercussões sobre a vida social, sobretudo da classe trabalhadora, na medida em que agravaram as contradições que permeiam as relações sociais de produção capitalistas, produzindo um severo quadro de destituição social, econômica e política, marcado pelo desemprego em massa, pela precarização do trabalho e por uma experiência precoce do desmonte de instituições e de relações sociais que, em alguma medida, representavam vínculos e proteções capazes de lhes assegurar certas condições de pertencimento social. Diante disso, a seguir serão apresentadas algumas considerações finais acerca do que foi discutido no decorrer do trabalho.

Com a realização deste trabalho, verificou-se que tanto a política econômica internacional que visava não apenas criar novos eixos de expansão e realização do capital mas também garantir a adesão das economias dependentes ao projeto neoliberal já em curso, quanto o modelo de desenvolvimento capitalista dependente e subordinado assumido pelos governos brasileiros que,



ao mesmo tempo em que se submetiam aos interesses hegemônicos nacionais e internacionais também buscavam reproduzir e impor regionalmente tais padrões de dominação e exploração, foram fatores determinantes para o processo de formação e desenvolvimento socioeconômico de Foz do Iguaçu e do território de fronteira.

Do mesmo modo, observou-se que as particularidades e as singularidades que caracterizam Foz do Iguaçu e a região de fronteira também foram decisivas para esse processo. Vale mencionar que, enquanto em outras regiões do Brasil, tanto a implementação do projeto neoliberal quanto o processo de flexibilização e de precarização do trabalho somente ganharam maior ênfase nos anos 1990, no âmbito da Tríplice Fronteira, essas condições se realizaram desde os anos 1970, favorecidas pelas suas características socioeconômicas e geográficas, bem como, por suas fragilidades sociopolíticas e institucionais.

Cabe salientar que o município teve uma grande parte de sua área alagada com a construção da Usina de Itaipu, o que implicou não apenas em um intenso êxodo rural, mas também em um rápido e desordenado de crescimento da sua economia essencialmente urbana, baseada no comércio e nos serviços. À falta de uma infraestrutura urbana e social, somavam-se as fragilidades institucionais e dos estatutos legais dos países da região, bem como a precária atuação dos Estados na regulação e na fiscalização das atividades econômicas e do mercado de trabalho. Acredita-se que esses foram alguns dos fatores que marcaram e, de certa forma, favoreceram a investida neoliberal precoce na região da Tríplice Fronteira, mais especificamente, em Foz do Iguaçu e em Ciudad Del Este.

Assim, na década de 1990, poucos anos depois da promulgação da Constituição Federal de 1988, quando os trabalhadores brasileiros, além do desemprego em massa, também passaram a enfrentar um gradual e insidioso processo de desmonte dos estatutos salariais, sendo obrigados a se submeter ao trabalho precário, o que para muitos significou sobreviver da revenda de mercadorias compradas no Paraguai, o trabalho informal, inseguro e instável em atividades relacionadas a esse comércio transfronteiriço já se constituía na rotina diária de milhares de trabalhadores de Foz do Iguaçu e da região.

Portanto, antes mesmo que os trabalhadores de outras regiões brasileiras pudessem sequer imaginar a magnitude das transformações em curso, bem como, de seus desdobramentos sobre a vida social, em Foz do Iguaçu e região da Tríplice Fronteira, milhares de trabalhadores juntamente com suas famílias já viviam em uma situação de vulnerabilidade de massa, nos termos definidos por Robert Castel.



Além disso, parece fundamental discutir, ainda que de forma sucinta, as implicações do desemprego e do processo de precarização das relações de trabalho na vida daqueles que nada possuem além de sua própria força de trabalho.

Primeiramente, analisando o quadro de abandono e de destituição social a que foi submetida a grande maioria da classe trabalhadora em Foz do Iguaçu, depois de ter sido atraída pela promessa de emprego, que para muitos nunca chegou a se concretizar, percebe-se que, de fato, o trabalho era muito mais do que simplesmente trabalho.

Nesse sentido, cabe acrescentar que, nos anos 1970 e 1980, o trabalho representava muito mais do que a garantia das condições materiais mínimas de vida para si e para a família, uma vez que prevalecia não apenas um sentimento coletivo de valorização do trabalho, mas também de pertencimento social que levava a sociedade a separar os sujeitos entre aqueles que trabalhavam (dignos) e os que não trabalhavam (vagabundos). Essa noção do valor social do trabalho juntamente com as garantias sociais a ele vinculadas representavam uma espécie de recompensa àqueles que estavam trabalhando, sobretudo em ocupações formais.

Dentre os milhares de trabalhadores que vieram à Foz do Iguaçu e região, no final dos anos 1970 e nos anos 1980, com a expectativa de conseguir um trabalho na construção da Usina de Itaipu, muitos permaneceram no município sem conseguir o emprego almejado. Outros conseguiram trabalhar na construção da usina, mas foram demitidos na medida em que a referida obra avançou. Outros ainda, com uma aparente estabilidade em suas relações de trabalho, permaneceram na região sem se dar conta da linha tênue que os separava dos primeiros e, com o avanço do neoliberalismo, também passaram a compor o grande contingente de trabalhadores desempregados que sobreviviam de trabalhos informais e/ou de expedientes eventuais, transitando no sutil espaço existente entre os extremamente vulneráveis e os desfiliaados sociais.

Sob essa perspectiva, percebe-se que, para muitos trabalhadores desempregados que viviam em Foz do Iguaçu naquele período, a falta de trabalho decente revelou uma dramática realidade social, na qual passaram a compor um exército de trabalhadores excedentes, cujo trabalho já não tinha valor na sociedade em que viviam.

Em segundo lugar, cabe ressaltar que, conforme destaca o próprio Robert Castel, as zonas de integração, de vulnerabilidade e de desfiliação não são espaços ou condições sociais estanques, no sentido de que pode haver uma



mobilidade dos indivíduos entre essas diferentes zonas sociais. Isto posto, acredita-se que seja possível a mobilidade social dos indivíduos, de modo que desempregados e trabalhadores precarizados podem voltar a ser reintegrados à vida social e ao trabalho mais estável e seguro, do mesmo modo que essa mobilidade pode ocorrer em sentido contrário.

Contudo, na sociedade neoliberal, na qual o processo de precarização do trabalho avança à galope, o retorno dessas populações socialmente vulneráveis e/ou desfiliações à vida social e ao trabalho decente dificilmente ocorre sem políticas públicas que corroborem incisivamente para isso, contrariando o pensamento neoliberal que, ao destacar casos pontuais, busca responsabilizar, quase que exclusivamente, os próprios indivíduos por sua condição social.

Nesse sentido, observou-se que, de todo o período analisado (1980 a 2010), somente entre os anos 2000 e 2010, houve um aumento do emprego formal em Foz Iguaçu que foi acompanhado não apenas de uma redução da população regularmente ocupada em atividades informais como também da população desempregada (que sobrevivia de trabalhos eventuais), evidenciando uma possível diminuição da indigência e da desfiliação social, uma vez que a população trabalhadora formalmente empregada cresceu significativamente, em decorrência de uma política macroeconômica desenvolvimentista que, a despeito do seu viés neoliberal, promoveu o crescimento econômico a partir de uma política fiscal expansionista combinada com políticas de elevação da renda real dos trabalhadores e de renda mínima para os mais pobres.

Referências

BAER, Werner. *A economia brasileira*. Tradução de Edite Sciulli. 2. ed. São Paulo: Nobel, 2002. 509 p.

BRASIL. *Decreto n. 72.707, de 28 de Agosto de 1973*. Promulga o Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, para o Aproveitamento Hidrelétrico dos Recursos Hídricos do Rio Paraná [...]. Brasília: Presidência da República, 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D72707.htm. Acesso em: 15 out. 2021.

CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a desfiliação. *Caderno CRH*, Salvador, v. 10, n. 26, 1997. DOI 10.9771/ccrh.v10i26.18664. Acesso em: 15 out. 2021.



CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Tradução de Iraci D. Poleti. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. 611 p.

CATTA, Luiz Eduardo. *A face da desordem: pobreza e estratégias de sobrevivência em uma cidade de fronteira: Foz do Iguaçu 1964-1992*. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2009.

CATTA, Luiz Eduardo. *O cotidiano de uma fronteira: a perversidade da modernidade*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002. 176 p.

CHAHAD, José Paulo Zeetano; POZZO, Rafaella Gutierre. Mercado de trabalho no Brasil na primeira década do século XXI: evolução, mudanças e perspectivas – desemprego, salários e produtividade do trabalho. *Informações Fipe*, São Paulo, v. 393, p. 11-29, 2013.

CONTE, Cláudia Heloiza. *Foz do Iguaçu – PR na rede de cidades*. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/2820>. Acesso em: 15 out 2020.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 4. ed. São Paulo: Global, 2009. 151 p.

FONTES, Virgínia Maria. *Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005. 328p.

FOZ DO IGUAÇU. Secretaria Municipal de Turismo. *Inventario técnico de estatísticas turísticas*. Foz do Iguaçu: SMT, 2013. 20 p. Disponível em: <http://www.pmfi.pr.gov.br/ArquivosDB?idMidia=63262>. Acesso em: 18 jun. 2015.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico de 1980*. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico de 1991*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico de 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO



E SOCIAL. *Situação recente do mercado de trabalho formal paranaense*. Curitiba: IparDES, 1984. 28 p. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/situacao_mercado_trabalho_12_84.pdf. Acesso em: 20 maio 2015.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Base de dados do Estado Paraná*. Curitiba: IparDES, 2020. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>. Acesso em: 20 abr. 2020.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Índice de desenvolvimento humano municipal brasileiro*. Brasília: Pnud: Ipea: FJP, 2013. 96 p. (Série Atlas do desenvolvimento humano no Brasil). Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>. Acesso em: 25 set. 2021.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

MAZZAROLLO, Juvêncio. *A taipa da injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu*. 2. ed. São Paulo: Edição Loyola, 2003.

REVISTA MEMÓRIA DE FOZ DO IGUAÇU. Foz do Iguaçu, n. 2, dez. 1982.

RISSATO, Denise. *Políticas sociais, pobreza e risco infantojuvenil no contexto de realização do Programa Bolsa Família em Foz do Iguaçu-Paraná*. 2015. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/14789>. Acesso em: 19 nov. 2019.

SOTUYO, Patrícia Claudia Godoy. *Segregação urbana: estudo de caso das vilas de Itaipu*. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/77521>. Acesso em: 15 set. 2020.

Notas

¹Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Docente e pesquisadora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Foz do Iguaçu, vinculada ao Grupos de Pesquisa em Estado, Políticas Públicas e Cidadania. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7027-3408>.

²Lei Federal nº 5.449 de 04 de junho de 1968 (CATTÁ, 2009).

³Entre as manifestações realizadas pelo movimento, um dos mais representativos foi relatado pela Revista Memória, de Foz do Iguaçu: No dia 17 de março de 1981, cerca de 700 pessoas, famílias inteiras de agricultores da região de Santa Helena, organizados no



Movimento Justiça e Terra, marchavam para Foz do Iguaçu com a decisão de acampar em frente aos escritórios da empresa. Foram recebidos por um efetivo de 150 policiais militares, e o acampamento acabou sendo feito no trevo da BR-277. Durante os 54 dias em que ficaram acampados, os colonos tiveram a companhia dos soldados em regime de prontidão, armados de fuzis, metralhadoras e armas químicas. Além deles, mais 40 guardas de segurança da empresa estavam sempre por perto, nas assembleias diárias realizadas no local, que passou a ser conhecido nacionalmente como o Trevo da vergonha (REVISTA MEMÓRIA DE FOZ DO IGUAÇU, 1982, p. 37).

⁴Para maiores informações e detalhes consultar a obra: A taipa da injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu, publicado em 2003, de autoria de Juvêncio Mazzarollo.

⁵Para abrigar os trabalhadores de nível médio e superior e da alta hierarquia administrativa, Itaipu construiu duas vilas residenciais; a Vila A, com 2.094 residências, que possuíam de 72 a 160 metros quadrados, e a Vila B, com 221 residências entre 152 e 298 metros quadrados, que ofereciam um padrão de moradia mais elevado, desde a infraestrutura até os serviços de segurança, educação, saúde e lazer. Estas vilas foram construídas ao Norte da então malha urbana de Foz do Iguaçu, entre o canteiro de obras e o centro da cidade, contando com um hospital, dois clubes sociais e desportivos, uma escola para atender 10.500 alunos, desde a pré-escola até o segundo grau, com vigilância 24 horas por dia. Para acomodar os trabalhadores menos qualificados da construção civil e seus familiares, foi construída a Vila C, bem próxima ao canteiro de obras, com 2.900 residências, que possuíam entre 70 e 100 metros quadrados (ITAIPU, 1980 apud CONTE, 2012, p. 92, 94).

⁶Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, para o Aproveitamento Hidrelétrico dos Recursos Hídricos do Rio Paraná, Pertencentes em Condomínio aos dois Países, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guairá até a Foz do Rio Iguaçu. Para obter mais informações consultar Brasil (1973).

⁷Segundo a Secretaria Municipal de Turismo, o número de passageiros desembarcados e embarcados na Rodoviária Internacional de Foz do Iguaçu cresceu aproximadamente 325%, entre 1992 e 1995, passando de pouco mais de 400.000 passageiros, em 1992, para um milhão e trezentos mil passageiros, em 1995 (FOZ DO IGUAÇU, 2013).